

Tegram
Operações
Portuárias S.A.

**Demonstrações financeiras em 31
de dezembro de 2021**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstração do resultado	7
Demonstração do resultado abrangente	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstração dos fluxos de caixa – Método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Deputado Jamel Cecílio, 2.496 - Quadra B-22, Lote 04-E
Salas A-103 a A-106 - Jardim Goiás
Edifício New Business Style
74810-100 - Goiânia/GO - Brasil
Caixa Postal 25.425 - CEP 74810-970 - Goiânia/GO - Brasil
Telefone +55 (62) 3604-7900
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos administradores e acionistas da
Tegram Operações Portuárias S.A.
São Luis - MA

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Tegram Operações Portuárias S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Tegram Operações Portuárias S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Transações com partes relacionadas

Chamamos a atenção para o fato de que a Companhia realiza operações apenas com suas partes relacionadas, conforme descrito na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 19 de fevereiro de 2021, sem modificação.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Goiânia, 02 de fevereiro de 2022

KPMG Auditores Independentes
CRC GO -001203/O-2 F-GO



Fernando Rogério Liani
Contador CRC 1SP229193/O-2

Tegram Operações Portuárias S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

Ativos	Nota explicativa	2021	2020	Passivo	Nota explicativa	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	5	297	288	Fornecedores	7	24	352
Contas a receber de clientes	6	780	944	Obrigações trabalhistas	8	951	680
Adiantamentos		142	93	Obrigações fiscais	9	252	299
Impostos a recuperar		51	51	Total do passivo circulante		1.227	1.331
Despesas antecipadas		9	7				
Total do ativo circulante		1.279	1.383				
				Patrimônio líquido	10		
				Capital social		729	729
				Prejuízos acumulados		(677)	(677)
				Total do patrimônio líquido		52	52
Total do ativo		1.279	1.383	Total do passivo e patrimônio líquido		1.279	1.383

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Tegram Operações Portuárias S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	2021	2020
Receita líquida	11	10.107	8.143
Custo dos serviços prestados	12	<u>(9.025)</u>	<u>(6.501)</u>
Lucro bruto		<u>1.082</u>	<u>1.642</u>
Despesas gerais e administrativas	12	<u>(1.081)</u>	<u>(1.878)</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		<u>1</u>	<u>(236)</u>
Receitas financeiras		1	-
Despesas financeiras		<u>(2)</u>	<u>(11)</u>
Despesas financeiras líquidas		<u>(1)</u>	<u>(11)</u>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		<u>-</u>	<u>(247)</u>
Imposto de renda e contribuição social	13	-	-
Resultado do exercício		<u>-</u>	<u>(247)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Tegram Operações Portuárias S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	2021	2020
Resultado do exercício	-	(247)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	<u>-</u>	<u>(247)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Tegram Operações Portuárias S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2020		729	(430)	299
Resultado do exercício		-	(247)	(247)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	10	<u>729</u>	<u>(677)</u>	<u>52</u>
Resultado do exercício		-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	10	<u><u>729</u></u>	<u><u>(677)</u></u>	<u><u>52</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Tegram Operações Portuárias S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado do exercício		-	(247)
(Aumento) redução nos ativos			
Contas a receber de clientes		164	(54)
Adiantamentos		(49)	(82)
Despesas antecipadas		(2)	6
Aumento (redução) nos passivos			
Fornecedores		(328)	162
Obrigações trabalhistas		271	(86)
Obrigações fiscais		(47)	45
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais		<u>9</u>	<u>(256)</u>
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa		<u>9</u>	<u>(256)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	288	544
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5	297	288
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa		<u>9</u>	<u>(256)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Tegram Operações Portuárias S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações que se rege por um estatuto social, firmado pelos acionistas e devidamente arquivado na sede social (“Acordo de Acionistas da Sociedade”), e pelas disposições legais que lhe são aplicáveis, em especial pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das Sociedades por Ações”). A sede da Companhia está localizada na cidade de São Luís, Estado do Maranhão.

A Companhia tem por objeto social: (a) a administração e operação de instalações portuárias em geral, inclusive das instalações portuárias do Terminal de Grãos do Maranhão – TEGRAM, localizado no Porto do Itaqui, Estado do Maranhão, compreendendo, em sua atividade, a operação e gestão de equipamentos destinados à recepção e expedição de mercadorias, carga e descarga de embarcações, atividades internas em armazéns e execução de quaisquer atividades afins, correlatas, acessórias ou complementares às atividades de operador portuário; (b) a administração de bens próprios; e (c) a participação do capital de outras sociedades, como sócia, sócia-cotista ou acionista.

A Companhia foi constituída em 22 de julho de 2014. As operações foram iniciadas no exercício de 2015.

Atualmente, a Companhia opera, exclusivamente, para atender a demanda de seus acionistas, de forma que são eles seus únicos clientes, representando assim a totalidade da receita auferida nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020. O valor faturado para os acionistas é o montante suficiente para ressarcir os custos e despesas dispendidos para executar os serviços prestados e manter a Companhia operando adicionado do valor dos impostos incidentes sobre a receita.

2 Covid 19 (coronavírus)

Devido a Covid, o Consórcio TEGRAM durante o ano de 2021 manteve o sistema home-office de trabalho para a equipe administrativa com previsão de retorno para fevereiro/2022.

Destaca-se também a disponibilização de enfermeira do trabalho para acolhimento e acompanhamento diário dos colaboradores ausentes, campanha de vacinação juntamente com a Empresa Maranhense de Administração Portuária (EMAP). O Consórcio analisou os impactos da COVID-19 e não identificou quaisquer mudanças nas circunstâncias que indiquem impairment de seus ativos, descontinuidade operacional, ou que requeiram ajustes nas suas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Cabe salientar que a atividade portuária se enquadra na categoria de atividade essencial. Adicionalmente não houve interrupções na cadeia de suprimentos e produção, assim como não houve alteração significativa no quadro de pessoal em função da pandemia.

3 Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

3.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas

contábeis adotadas no Brasil, as quais compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria da Companhia e autorizadas para emissão em 01 de fevereiro de 2022. Após a sua emissão, somente a Diretoria têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

3.2 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando mencionado em contrário.

3.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em reais (R\$) nestas demonstrações financeiras foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no exercício no qual tais estimativas são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

4 Principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelos contas a receber, fornecedores, adiantamentos, caixa e equivalentes de caixa.

Todos os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, e após o reconhecimento inicial, esses ativos e passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado.

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*, quando aplicável.

Os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Despesas com juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

a.1 Contas a receber

A Companhia não estima perdas de crédito esperadas sobre esse ativo financeiro, uma vez que repassa todos os custos/despesas às suas consorciadas, não havendo riscos nem registro de perdas em 31 de dezembro de 2021.

b. Reconhecimento de receitas

A receita compreende o valor justo da contraprestação que se espera receber em troca do controle dos serviços prestados. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia opera, exclusivamente, para atender a demanda de seus acionistas e o valor faturado para os acionistas é o montante suficiente para ressarcir os custos e despesas dispendidos para executar os serviços prestados e manter a Companhia operando, adicionado do valor dos impostos incidentes sobre a receita.

c. Tributação

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do período. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros períodos, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. O regime de tributação adotado pela Companhia é pelo lucro real. O Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL são calculados às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do período, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente.

d. Novas normas e interpretações não efetivas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras do Tegram:

- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 após 30 de junho de 2021 (alteração ao CPC 06)
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27).
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15).
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26);
- IFRS 17 Contratos de Seguros.
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26).
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23).

5 Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Bancos conta movimento	<u>297</u>	<u>288</u>

6 Contas a receber de clientes

	2021	2020
Terminal Corredor Norte S.A.	186	247
Viterra Logística e Terminais Portuários S.A.	183	247
Corredor Logística e Infraestrutura S.A.	212	200
Amaggi Louis Dreyfus Zen- Noh Terminais Portuários S.A.	<u>199</u>	<u>250</u>
Total	<u>780</u>	<u>944</u>

O saldo a receber refere-se à prestação de serviços de mão de obra de operação no carregamento dos navios e descarga de vagões para os acionistas da Companhia, seus únicos clientes. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não havia saldos vencidos no contas a receber. Os saldos apresentados estão com vencimento dia 14/01/2022, para os títulos em aberto em 31 de dezembro de 2021 e vencimento em 15/01/2021, para os títulos em aberto em 31 de dezembro de 2020.

7 Fornecedores

	2021	2020
Fornecedores nacionais	<u>24</u>	<u>352</u>

Na rubrica de “Fornecedores” foram reconhecidas todas as obrigações com os fornecedores de tanto de materiais quanto prestadores de serviços utilizados para manter o complexo em pleno funcionamento de sua capacidade.

8 Obrigações trabalhistas

	2021	2020
INSS	118	101

FGTS	39	30
Férias e encargos	430	320
Outros	364	229
Total	951	680

9 Obrigações fiscais

	2021	2020
ISS	89	99
COFINS	134	149
PIS	29	32
Outros	-	19
Total	252	299

10 Patrimônio líquido

10.1 Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é de R\$729, representado por 728.776 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. A composição acionária está detalhada a seguir:

	<u>Ações ordinárias</u>		
	2021	2020	%
Acionistas			
Terminal Corredor Norte S.A.	182.194	182.194	25%
Viterra Logística e Terminais Portuários S.A.	182.194	182.194	25%
Corredor Logística e Infraestrutura S.A.	182.194	182.194	25%
Amaggi Louis Dreyfus Zen- Noh Terminais Portuários S.A.	182.194	182.194	25%
Total	728.776	728.776	100%

10.2 Dividendos

Os acionistas têm direito a dividendo obrigatório correspondente a 1% do lucro líquido, ajustado de acordo com o artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

O saldo remanescente, depois de atendidas as disposições legais, tem a destinação determinada pela Assembleia Geral, que poderá, por proposta da Administração: (a) deliberar a retenção da parcela do lucro líquido prevista em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76; e (b) destinar a totalidade ou parcela do lucro remanescente às reservas estatutárias previstas no Estatuto Social da Companhia, nos termos do artigo 194 da Lei nº 6.404/76.

11 Receita líquida

A totalidade da receita da Companhia é realizado junto aos seus acionistas. Apresentamos abaixo a receita bruta por partes relacionada:

	2021	2020
Receita de serviços prestado	11.787	9.497

(-) Impostos sobre receita	(1.680)	(1.354)
Total	10.107	8.143
Receita de serviços prestados por parte relacionada:		
Terminal Corredor Norte S.A.	2.947	2.374
Viterra Logística e Terminais Portuários S.A.	2.947	2.374
Corredor Logística e Infraestrutura S.A.	2.947	2.374
Amaggi e Louis Dreyfus Zen- Noh Terminais Portuários S.A.	2.946	2.375
Total	11.787	9.497

12 Custos e despesas por natureza

Conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, a seguir está apresentado o detalhamento dos custos e das despesas por natureza:

a) Custos dos serviços prestados

	2021	2020
Pessoal	(9.025)	(6.501)
Total	(9.025)	(6.501)

b) Despesas gerais e administrativas

	2021	2020
Prestação de serviços	(261)	(792)
Fretes e seguros	(33)	(34)
Aluguéis e locações	(235)	(206)
Tributárias	(38)	(35)
Acordos e convênios-OGMO	(324)	-
Outras	(190)	(811)
Total	(1.081)	(1.878)

13 Imposto de renda e contribuição social

	2021	2020
(Prejuízo) Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	-	(247)
Alíquota combinada do imposto de renda e da contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	-	-
Outros	-	-
Total	-	-

14 Instrumentos financeiros

No curso normal de suas operações, a Companhia está exposta a risco de crédito e risco de liquidez. A Administração da Companhia entende que o gerenciamento de riscos é fundamental e determina as estratégias a serem adotadas em cada circunstância e riscos inerentes.

Risco de crédito

É o risco de prejuízo financeiro pela Companhia caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe no cumprimento de suas obrigações contratuais, que surgem dos recebíveis da Companhia, representados, principalmente, pelo contas a receber de clientes.

Risco de liquidez

É o risco no qual a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas a seus passivos financeiros, que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações até o vencimento, sob condições normais ou de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Tipicamente, a Companhia tenta assegurar que possui recursos em caixa à vista suficientes para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período de 60 dias, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras e excluindo o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais, para os quais a Companhia possui seguro próprio.

Valor justo dos instrumentos financeiros

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em virtude de esses instrumentos financeiros possuírem características similares às que seriam obtidas se fossem negociados no mercado.

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço patrimonial pelo seu valor contábil, que se aproximam dos seus valores justos nas rubricas “Contas a receber”, “Fornecedores”, “Adiantamentos”, “Caixa e equivalente caixa”.

Operações com instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não efetuou operações em caráter especulativo, seja em derivativos, ou em quaisquer outros instrumentos financeiros de risco. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não existiam saldos ativos ou passivos protegidos por instrumentos financeiros derivativos.

15 Provisão para demandas judiciais

A Companhia está envolvida em ações judiciais de natureza civil e trabalhistas e, com base no parecer de seus assessores jurídicos externos, a Administração não identificou processos cuja

expectativa de perdas fossem consideradas como prováveis, motivo pelo qual, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não foi constituída nenhuma provisão.

A Companhia possui apenas uma causa classificada pelos assessores jurídicos como possíveis de perda cujo valor é de R\$ 69 em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e que tem como objeto a discussão sobre títulos a pagar.

16 Seguros

A Companhia possui a seguinte apólice de seguros:

Risco	Importância segurada	Vencimento
Seguro de Operador Portuário	34.432	16/03/2022

Maurício Hardman Tavares de Melo Filho
Diretor

Randal Luciano Couceiro
Gerente Operacional

Vanderlei da Paixão Pereira
Coord. Adm/ Financeiro

Rafael Pereira Polary
Contador
CRC MA-012891/O